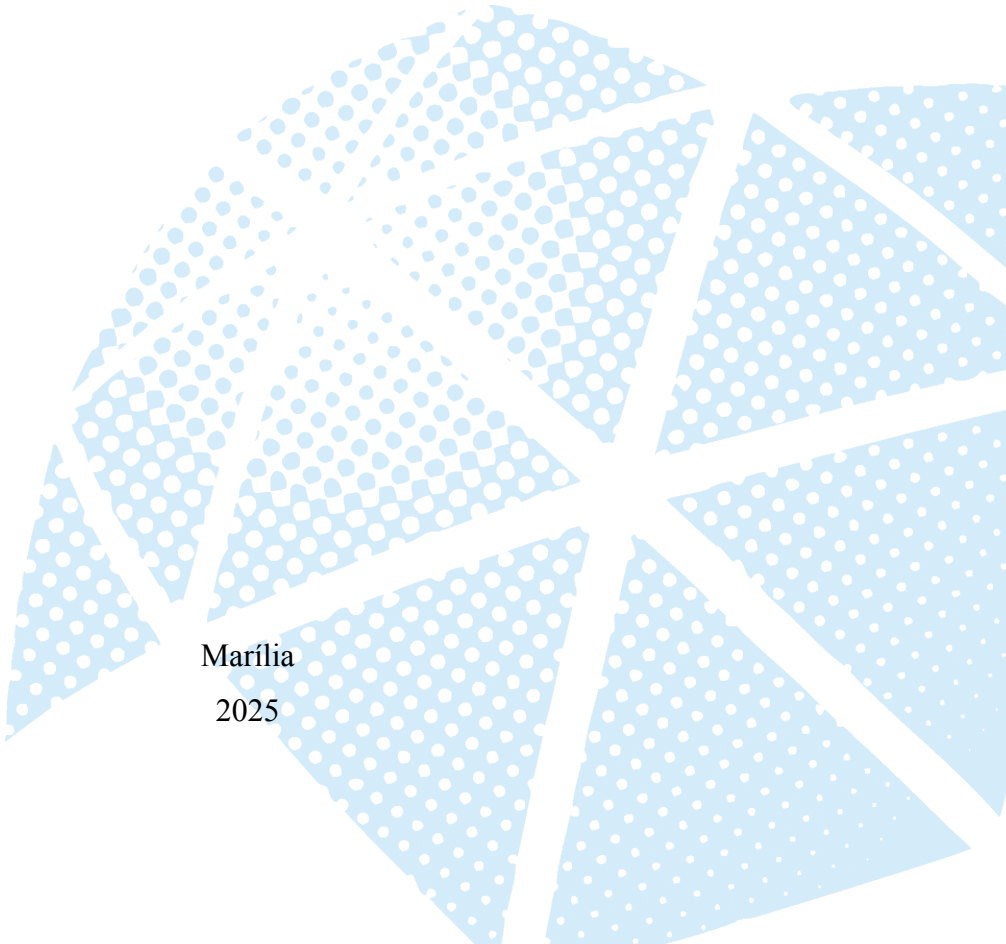


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências- Campus de Marília

ISABELA CAMPANHÃ DA SILVA

**A inclusão das mulheres na MINUSCA e na política da República centro-africana:
uma análise crítica à luz de Jean Bethke Elshtain**

Marília
2025



ISABELA CAMPANHÃ DA SILVA

**A inclusão das mulheres na MINUSCA e na política da República centro-africana:
uma análise crítica à luz de Jean Bethke Elshtain**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília,
para obtenção do título de Bacharelado em
Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Duarte
Fernandes dos Passos

Marília
2025

S586i Silva, Isabela Campanhã da
A inclusão das mulheres na MINUSCA e na política da República
Centro-Africana : Uma análise crítica à luz de Jean Bethke Elshtain /
Isabela Campanhã da Silva. -- Marília, 2025
42 p. : tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Gênero. 2. Relações internacionais. 3. Feminismo. I. Título.

ISABELA CAMPANHÃ DA SILVA

**A inclusão das mulheres na MINUSCA e na política da República centro-africana:
uma análise crítica à luz de Jean Bethke Elshtain**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília,
para obtenção do título de Bacharelado em
Relações Internacionais.

Área de Concentração:

Data da defesa: 09/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Doutoranda Danielle Gonçalves Passos do Nascimento
UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Doutoranda Enndiel dos Santos Mendes
UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso somente foi possível graças ao apoio e à presença constante daqueles que caminharam ao meu lado ao longo de toda a trajetória acadêmica. Expresso minha mais profunda gratidão aos meus pais, cujo amor, incentivo e confiança inabalável sustentaram cada etapa deste processo. Sua dedicação, compreensão e apoio cotidiano foram fundamentais para que eu pudesse perseverar diante dos desafios e alcançar mais esta conquista.

Estendo igualmente meus agradecimentos aos familiares e amigos que, com palavras de encorajamento, gestos de cuidado e disponibilidade sincera, contribuíram para tornar este percurso mais leve e significativo. Cada demonstração de afeto, cada conversa e cada apoio oferecido ao longo do caminho representaram uma força adicional para que este trabalho se concretizasse com o rigor e a dedicação que ele exige.

A todos que, de alguma forma, participaram desta jornada, deixo registrado meu reconhecimento e minha gratidão. Este resultado é também fruto do apoio e da confiança que recebi ao longo desses anos.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA), com foco na implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Partindo de um perfil histórico do conflito centro-africano e da criação da MINUSCA, o trabalho investiga como a missão tem promovido a participação de mulheres em suas operações, na política nacional e na sociedade civil desde 2014. A pesquisa busca identificar avanços e desafios na promoção da igualdade de gênero, utilizando como base normativa a Resolução 1325 e documentos correlatos. Em seguida, será realizada uma análise crítica dos discursos e práticas institucionais à luz da teoria de gênero bélico proposta por Jean Bethke Elshtain, especialmente os estereótipos da "Alma Bela" e do "Guerreiro Justo", a fim de avaliar em que medida as ações da MINUSCA reproduzem ou desafiam papéis de gênero tradicionais. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e análise de discurso.

Palavras-chave: Gênero; Conflito; Operações de paz; Resolução 1325; Alma bela; Guerreiro Justo

ABSTRACT

This research proposes an analysis of the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA), focusing on the implementation of the Women, Peace and Security Agenda. Beginning with a historical overview of the Central African conflict and the creation of MINUSCA, the study examines how the mission has promoted the participation of women in its operations, in national politics, and in civil society since 2014. The research seeks to identify progress and challenges in advancing gender equality, using Resolution 1325 and related documents as its normative basis. A critical analysis of institutional discourses and practices will then be conducted in light of Jean Bethke Elshtain's theory of wartime gender, particularly the stereotypes of the "Beautiful Soul" and the "Just Warrior", in order to assess the extent to which MINUSCA's actions reproduce or challenge traditional gender roles. The methodology combines bibliographic review, document analysis, and discourse analysis.

Keywords: Gender; Conflict; Peace operations; Resolution 1325; Beautiful Soul; Just Warrior

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
I	A República Centro-Africana: contexto histórico e colapso do Estado	10
a.	Breve histórico do conflito	10
b.	A crise de 2013	12
c.	Chamado à intervenção internacional	14
II	A MINUSCA: construção, evolução e contradições da missão	16
a.	Criação e mandatos sucessivos	16
b.	A missão como “salvadora” internacional	18
c.	Contradições internas da missão	21
III	A Agenda Mulheres, Paz e Segurança e sua aplicação na MINUSCA	23
a.	O conceito de “alma bela” e a marginalização das mulheres locais	23
b.	Inclusão institucional de mulheres na missão de paz	25
c.	Empoderamento e engajamento político de mulheres centro-africanas	28
d.	Entre inclusão quantitativa (" <i>counting women</i> ") e participação significativa (" <i>making women count</i> ")	30
IV	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (ONU), um conjunto de atividades destinadas a manter a paz e a segurança internacionais, têm desempenhado um papel crucial na gestão de conflitos contemporâneos e na reconstrução de Estados frágeis em todo o mundo. Embora o termo "*peacekeeping*" não conste explicitamente na Carta das Nações Unidas, a legalidade dessas operações é fundamentada em diversos documentos do Direito Internacional, especialmente nos capítulos VI, VII e VIII da Carta. (Aguilar, 2016)

Historicamente, as operações da ONU, iniciadas em 1948 com a Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO), evoluíram de um caráter mais limitado, focado no cessar-fogo e estabilização de conflitos, para uma abordagem multidimensional a partir dos anos 1990, expandindo seus mandatos para funções mais complexas e incluindo não apenas militares, mas também policiais e civis (Cortellini, 2022).

Nesse cenário, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), inaugurada no ano 2000 com a aprovação unânime da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), emergiu como um marco normativo fundamental para a inclusão de mulheres nos processos de paz (Cohn, 2008). Esta resolução histórica reconheceu, pela primeira vez, a necessidade de debater a questão de gênero em ações relacionadas à paz e segurança internacionais.

De acordo com o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança do Brasil (Brasil, 2017, p. 23):

A Resolução 1325 (2000), adotada por unanimidade, promoveu, pela primeira vez, a igualdade de gênero em ações relacionadas à paz e à segurança internacionais; fomentou o equilíbrio de gênero por meio do reconhecimento de que mulheres podem e devem desempenhar papel efetivo na busca pela paz; e introduziu a transversalização de perspectivas de gênero no tratamento dos conflitos armados, bem como nas fases de prevenção da violência e de consolidação da paz, ao observar os diferentes impactos que conflitos armados têm sobre cada grupo de gênero, em especial sobre as mulheres e meninas.

A Agenda MPS apela pela participação das mulheres em mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos, negociações de paz e operações, além de sua proteção em situações humanitárias e prevenção da violência, incluindo um quarto princípio abrangente: a integração de gênero (Miller; Pournick; Swaine, 2014). A partir de então, temas como a violência sexual em conflitos armados foram politizados e tratados em agendas institucionais de organizações internacionais, impulsionando a Agenda MPS a evoluir e modificar suas estratégias ao longo dos anos.

Neste escopo, o presente trabalho propõe-se a realizar uma análise da implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na Missão Multidimensional Integrada das

Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). A escolha da MINUSCA como objeto de análise é justificada pelo seu contexto específico na República Centro-Africana (RCA), um país marcado por conflitos prolongados desde sua independência em 1960, fragilidade estatal e a persistência da violência de gênero. A MINUSCA foi estabelecida em abril de 2014, quando o CSNU adotou a Resolução 2149 (2014) em resposta à deterioração da situação de segurança, à quebra total da lei e da ordem, à ausência do Estado de Direito e às violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo violência sexual contra mulheres e crianças. A situação humanitária na RCA era extremamente preocupante, com centenas de milhares de pessoas deslocadas devido à violência.

Para problematizar as representações tradicionais de gênero nas guerras e nas intervenções internacionais, este estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Jean Bethke Elshtain. Elshtain é uma crítica feminista que ajuda a compreender como a lógica de proteção do Estado é profundamente relacionada ao gênero. Ela critica o discurso hipermasculino de "proteção às mulheres e crianças" utilizado para justificar a guerra, destacando que a inocência, fragilidade e vulnerabilidade das mulheres são construções que legitimam a necessidade de "homens fortes".

Dentro de sua obra *"Women and War"*, Elshtain (1987) apresenta os conceitos de "Alma Bela" (*Beautiful Soul*) e "Guerreiro Justo" (*Just Warrior*). A "Alma Bela" refere-se à mulher, discursivamente posicionada no segundo plano, como "ajudante" e "espelho" do guerreiro, encarregada de conservar valores não-bélicos e ser a guardiã da moral, muitas vezes retratada como frágil, moralmente superior, mas passiva e idealizada. Em contrapartida, o "Guerreiro Justo" é a figura masculina, ativa, racional, e legitimada para o uso da força, cuja identidade é forjada no militarismo e na proteção do Estado. A aplicação desses conceitos como lente analítica sobre a participação feminina na MINUSCA permite interrogar se a missão, e as políticas nacionais centro-africanas, reproduzem ou desafiam esses estereótipos.

Diante disso, o objetivo central deste estudo é discutir os avanços e os limites da implementação da Agenda MPS na MINUSCA. Interroga-se se a missão, e a política nacional centro-africana, reproduzem ou desafiam os estereótipos de gênero denunciados por Elshtain. A análise busca verificar se, apesar dos esforços e da narrativa oficial de sucesso da ONU e da inclusão de mais mulheres, as operações ainda se veem limitadas por uma cultura generificada e masculinista das instituições militares, ou se, de fato, a Agenda MPS promove uma transformação real das dinâmicas de poder e das concepções de segurança no terreno. A pesquisa questiona, portanto, se a presença feminina nas operações da MINUSCA transcende

a mera "cota" numérica e efetivamente contribui para o desafio de hierarquias de gênero e coloniais que permeiam o sistema internacional.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota uma abordagem de natureza bibliográfica, com fontes previamente selecionadas e delimitadas, conforme exemplificado nas Referências Bibliográficas, articulando materiais e técnicas de pesquisa de forma coerente com seus objetivos analíticos. A estrutura adotada dialoga diretamente com as perspectivas feministas, que, independentemente de suas vertentes, compartilham o compromisso com a luta pela melhoria das condições de vida das mulheres e com a crítica à tradicional separação entre sujeito e objeto de pesquisa.

À luz dos feminismos, a produção do conhecimento é entendida como necessariamente engajada, posicionando-se contra o silenciamento das violências frequentemente sofridas pelas mulheres e questionando o caráter historicamente masculinizado do campo disciplinar e prático das Relações Internacionais (Kronsell, 2006). Nesse sentido, a pesquisa assume explicitamente um posicionamento político e epistemológico alinhado a essas críticas.

I – A República Centro-Africana: contexto histórico e colapso do Estado

a) Breve histórico do conflito

Desde sua independência da França, em 1960, a República Centro-Africana (RCA) tem enfrentado um longo histórico de instabilidade política e social crônica e fragilidade institucional. Sendo assim, a ausência de estruturas estatais sólidas impediu o país de consolidar um Estado funcional, capaz de fornecer serviços sociais, econômicos ou políticos essenciais à sua população. Nas décadas seguintes à independência, a RCA foi palco de diversos conflitos entre o governo e grupos rebeldes, que minaram a confiança pública nas instituições e agravaram severamente seu desenvolvimento político e econômico. (Siradag, 2016)

Segundo Acemoglu e Robinson (2012) essa fragilidade estatal é, em parte, um legado da colonialidade. As origens de muitas das instituições econômicas e políticas na RCA, assim como em outros países da África Subsaariana, remontam ao período colonial e foram estabelecidas com características extrativistas, visando beneficiar apenas uma elite monetária. A manutenção dessas instituições após a independência contribuiu para que a RCA se tornasse um "Estado frágil", propenso a conflitos civis, migrações em massa, altos índices de corrupção e estagnação econômica. “De fato, as disputas internas pelo controle das

instituições extrativistas em geral leva a guerras civis e à ilegalidade generalizada, consagrando uma persistente ausência da centralização do Estado, como se vê em tantos países da África subsaariana [...]” (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 99).

A intensa presença da França no território centro-africano nas três primeiras décadas pós-independência, e sua atuação para preservar interesses — como a exploração de diamantes, urânio e ouro —, muitas vezes com passividade diante de golpes de Estado ou apoio à destituição de governantes, é um fator importante para compreender as instabilidades políticas e econômicas do país (Acemoglu; Robinson, 2012).

De acordo com Bonacina (2018, p. 42) “um dos recursos naturais mais importantes da República Centro-africana são as reservas de diamantes”. Isso porque a sua extração serve como financiamento tanto de grupos insurgentes quanto do próprio governo, e ainda, para algumas comunidades a escavação de diamante define não só a economia, mas também a política, as relações sociais e culturais de determinadas regiões (Dalby, 2015 *apud* Bonacina, 2018).

No mapa, é possível visualizar as regiões da RCA que se localizam as reservas citadas, importantes para entendermos a instabilidade política do país:

Figura 1: Mapa das reservas de diamantes na RCA



Fonte: International Crisis Group (2010)

Entre 2005 e 2015, o país testemunhou a intensificação de tal instabilidade, onde tentativas de golpe de Estado revelaram uma profunda crise do sistema político centro-africano. Esses eventos culminaram em uma degradação acelerada da ordem pública, obrigando a comunidade internacional a intervir no país diversas vezes. Como observa Siradag (2016, p. 88):

As elites utilizaram diferentes grupos étnicos e religiões como um meio político para se manter no poder e fortalecer suas posições políticas, desenvolvendo e moldando as suas políticas de acordo com suas próprias identidades étnicas, aumentando assim a tensão política e provocando violência.

Além disso, historicamente, há disparidades significativas de gênero relacionadas ao acesso à terras e a tomada de decisões. As mulheres centro-africanas têm direito de utilizar terras para culturas alimentares, enquanto os homens ficam responsáveis pelas culturas comerciais. As terras são culturalmente transmitidas pelo sistema patrilinear, mas às vezes as mulheres podem se tornar proprietárias se decidirem permanecer nela com seus filhos — viúvas sem filhos, no entanto, podem ter dificuldades com herança.

Crises econômicas reforçam essa assimetria, centralizando ainda mais o poder decisório nas mãos masculinas. Em setores como o de mineração, a participação feminina é marginal, sendo as mulheres frequentemente excluídas de comitês comunitários e posições de liderança. Mesmo quando economicamente mais produtivas, elas ainda têm seu protagonismo negligenciado. (Gagné, 2023)

Em síntese, o colapso estatal da RCA não pode ser compreendido apenas como resultado de disputas internas ou "falência governamental", mas sim como o produto de um sistema prolongado de dominação externa, reprodução de instituições excludentes e marginalização de vozes dissidentes — entre elas, as das mulheres. Esses elementos estruturais ajudam a explicar as dificuldades enfrentadas pelas missões de paz, como a MINUSCA, e indicam a complexidade de qualquer proposta de reconstrução do Estado que não leve em conta as raízes históricas da instabilidade.

b) A crise de 2013

A instabilidade política da República Centro Africana atingiu um ponto crítico entre 2012 e 2014, com uma escalada significativa da violência. No final de 2012, a aliança Séléka, um grupo armado majoritariamente muçulmano liderado por Michel Djotodia, surgiu para desafiar o governo de François Bozizé. Este constituiu o quinto golpe de Estado bem-sucedido na RCA desde 1960, conforme demonstra a tabela abaixo (Siradag, 2016).

Quadro 1 - Golpes de Estado na República Centro-Africana de 1960 a 2014

Ano	Líderes que assumiram o poder após golpe de Estado	Líderes depostos
1966	Jean-Bedel Bokassa	David Dacko
1979	David Dacko	Jean-Bedel Bokassa
1981	Andre Kolingba	David Dacko
2003	François Bozizé	Ange-Felix Patasse
2013	Michel Djotodia	François Bozizé

Fonte: Siradag, 2016.

Em março de 2013, o Séléka desencadeou ataques no nordeste do país, avançando em direção à capital, Bangui, e realizando um golpe de Estado. Como reação imediata ao avanço do Séléka, surgiram as milícias anti-Balaka, de maioria cristã, para retaliar o grupo. Ambos os grupos armados foram responsáveis por crimes graves contra a população civil, disputando território e poder. (Weyns *et al.*, 2014).

Consequentemente, o colapso das estruturas estatais foi generalizado, caracterizado por uma total quebra da lei e da ordem e a ausência do Estado de Direito. A crise resultou em uma explosão humanitária. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, indicam que entre 2013 e 2014, mais de 935 mil pessoas foram forçadas a abandonar suas casas devido à violência, sendo 510 mil deslocados em Bangui — o que correspondia a cerca de metade da população da capital. Crianças compunham 60% dos deslocados. Milhares de pessoas foram mortas, e mais da metade da população (aproximadamente 2,7 milhões de pessoas) necessitava urgentemente de ajuda humanitária (UNHCR, 2014).

A situação era preocupante, com múltiplas e crescentes violações do direito humanitário internacional e abusos generalizados dos direitos humanos por ex-Séléka e anti-Balaka, incluindo assassinatos, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, tortura, violência sexual contra mulheres e crianças, estupros, recrutamento de crianças e ataques contra civis. (MINUSCA, 2015; Human Rights Watch, 2015; United States, 2016) A maioria dos crimes contra os direitos humanos não foram devidamente investigados, o que gerou fortes sensações de impunidade.

A livre circulação de bens, pessoas e ajuda humanitária foi impedida em zonas sob controle de grupos armados, que impunham taxas e pilhavam recursos, além de cometerem violências contra mulheres e jovens (MINUSCA, 2015; Crisis Group, 2015). As mulheres e jovens eram particularmente afetadas, muitas vezes encontrando-se na posição de vítimas de violações de direitos humanos ou mesmo de combatentes ao lado de grupos armados (MINUSCA, 2015; United States, 2015).

Dessa forma, a crise de 2013 representou não somente o colapso do sistema político e institucional da República Centro-Africana, como também um marco de sofrimento humanitário sem precedentes, evidenciado por graves violações dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário. A violência sistemática contra civis, em especial mulheres e crianças, somada à inoperância do Estado, intensificou a percepção de urgência por parte da comunidade internacional.

c) Chamado à intervenção internacional

Diante da extrema fragilidade do Estado e da deterioração da situação de segurança e humanitária do país, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2127 (2013), autorizando a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), com apoio de países como França e Portugal. A medida teve como objetivo imediato a contenção da violência sectária entre grupos armados e a restauração da autoridade estatal.

Sob pressão internacional, o Presidente Michel Djotodia, líder Séléka, renunciou à presidência em janeiro de 2014, possibilitando assim a instauração de um Governo de Transição, apoiado pelo Conselho Nacional de Transição (CNT), pela União Africana (UA) e a própria MISCA (atual MINUSCA). Segundo o Representante Especial da ONU à época, Babacar Gaye, havia a expectativa de que o governo de transição pudesse trazer esperança e reconciliação entre cristãos e muçulmanos, a fim de diminuir a violência no país e restaurar a confiança nas instituições (República Centro-Africana, 2014).

Em 23 de janeiro de 2014, foi eleita pela Assembleia Nacional de Transição a primeira e, até o momento, única presidente mulher da RCA: Catherine Samba-Panza. Sua eleição, que ocorreu no auge da crise política e social da RCA, representou um marco simbólico para o país. Embora cristã, sua campanha se baseou na neutralidade, e despertou esperanças de reconciliação no país — seus discursos eram baseados na pacificação e na justiça, exigindo a punição dos responsáveis por crimes humanitários durante o conflito. Sua ascensão ao poder foi celebrada como um sinal de esperança e reconstrução, especialmente

entre os defensores de uma maior participação feminina nos processos políticos e de paz (BBC News, 2014).

Jean Bethke Elshtain, em sua obra *Public Man, Private Woman* (1981), traça um diagnóstico da tradição do pensamento político ocidental, de Rousseau a Hegel, para demonstrar como foi construída uma separação normativa entre os gêneros, associando os homens à esfera pública da razão, do poder e da ação política, enquanto as mulheres são relegadas à esfera privada do cuidado, da moral e da domesticidade. Segundo Elshtain (1981, p. 165), Rousseau acreditava que as mulheres deveriam estar destinadas a esfera privada:

[...] Se as mulheres participassem da esfera pública de Rousseau em igualdade com os homens, a estrutura complexamente inter-relacionada entre o público e o privado se desfaria: sem alguém para cuidar do lar, os corredores legislativos se tornam silenciosos e vazios, ou se tornam ruidosos e corruptos. Essa é a conclusão de Rousseau.

Segundo a autora, esses pensamentos contribuíram para a marginalização das mulheres da política institucional, e acabou por moldar a maneira que elas poderiam ser integradas a esse espaço, mediante a reafirmação dos papéis femininos convencionais como da mãe, da pacificadora e da guardiã moral.

Nesse sentido, em seu primeiro discurso improvisado alguns momentos após sua eleição, a primeira presidente interina afirmou que “como mãe, gostaria de ser capaz de pacificar as mentes [...] apenas uma mãe tem a capacidade de unir seu filhos e filhas divididos [...]” (Affa’a-Mindzie; Mahmoud, 2014). Fica claro, assim, que ao assumir o cargo de chefe de Estado, Samba-Panza tende a legitimar a sua autoridade com base nesses atributos “tradicionalmente femininos” explicitados por Elshtain. Ou seja, mesmo quando inseridas no espaço público, mulheres são muitas vezes compelidas a justificar sua presença em atributos morais, maternais ou pacificadores, e não como sujeitos de poder em si.

A análise do discurso de Samba-Panza à luz da obra de Elshtain evidencia como sua figura pública foi construída não como uma ruptura com a lógica política patriarcal, mas como uma extensão moralizada da mesma, o que limita seu potencial transformador no campo do poder político. Especialmente se considerado o fato de seu mandato se tratar apenas de um governo de transição, com poderes limitados e tutelado por intervenções internacionais.

Em seguida à sua eleição, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) em abril de 2014, através da Resolução 2149 (2014). A MINUSCA substituiu a MISCA e o Escritório Integrado de Consolidação da Paz da ONU na República Centro-Africana (BINUCA), que já havia sido precedido por outras missões da

ONU desde 1998. A principal prioridade da MINUSCA foi definida como a proteção de civis (POC, sigla em inglês), incluindo a proteção específica de mulheres e crianças afetadas pelo conflito armado.

O mandato da MINUSCA foi delineado para abordar múltiplas dimensões da crise, incluindo a proteção de civis, a restauração da segurança e ordem pública, a estabilização do país e da autoridade estatal, a criação de condições para assistência humanitária, o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), e a reforma dos setores de defesa e segurança. O componente de gênero foi progressivamente fortalecido, principalmente com a Resolução 2387 (2017), que solicitou à missão garantir a participação plena, efetiva e representativa das mulheres em todas as esferas e níveis da intervenção, incentivando o aumento do número de mulheres nas estruturas militares, policiais e civis.

Tais medidas estiveram alinhadas à Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), especialmente a Resolução 1325 (2000). A necessidade de debater a questão de gênero em ações relacionadas à paz e segurança internacionais foi reconhecida pela primeira vez com a Resolução 1325 do CSNU em 2000, que apela pela participação e proteção das mulheres, além da prevenção da violência. A RCA, como membro da ONU, comprometeu-se com os objetivos da Resolução 1325, tendo já elaborado dois Planos de Ação Nacional (PAN) (2014-2016 e 2019-2022). Contudo, apesar dos esforços, a instabilidade e as violações de direitos humanos persistem, e o envolvimento das mulheres na gestão da crise e na vida pública continua baixo.

Assim, embora a eleição de Catherine Samba-Panza, a criação da MINUSCA e os compromissos internacionais assumidos apontem para uma preocupação formal com a inclusão de gênero, é necessário questionar até que ponto essas políticas têm sido eficazes na superação da marginalização histórica das mulheres. Uma análise crítica, à luz da teoria de Jean Elshtain, exige não apenas considerar a presença das mulheres na política ou na missão de paz, mas sobretudo refletir sobre o tipo de participação que lhes tem sido conferida: seria ela apenas simbólica ou realmente substantiva.

II – A MINUSCA: construção, evolução e contradições da missão

a) Criação e mandatos sucessivos

A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) foi estabelecida em abril de 2014, por meio da Resolução 2149 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A MINUSCA

substituiu a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), que havia sido aprovada pelo Conselho de Segurança em 2013 através da Resolução 2127 (2013) devido à profunda preocupação com a deterioração da situação de segurança na RCA, caracterizada pela ausência do Estado de Direito e por violações generalizadas dos direitos humanos.

Desde sua criação, a principal prioridade da MINUSCA foi a proteção de civis (POC). Seu mandato inicial também contemplava a restauração da segurança e ordem pública, a estabilização do país e da autoridade estatal, a criação de condições favoráveis à assistência humanitária, além de medidas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), bem como a reforma dos setores de defesa e segurança. Em 2014, a força autorizada para a MINUSCA era de 10.000 militares e 1.820 policiais.

Ao longo dos anos, o mandato da MINUSCA foi periodicamente renovado e adaptado para responder à persistente instabilidade no país. A tabela 2 apresenta a evolução dos mandatos da missão entre os anos de 2014 e 2025, com o número das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU que autorizou cada mandato.

Quadro 2 - Evolução dos Mandatos da MINUSCA

RESOLUÇÃO	VIGÊNCIA	RESUMO
2149	2014-2015	Mandato inicial da missão para proteger civis e apoiar governo e direitos humanos.
2217	2015-2016	Continua protegendo civis, reforça desarmamento e apoio político, inclui apoio militar francês.
2301	2016-2017	Foco na proteção de civis, combate grupos armados e fortalece segurança e governo.
2387	2017-2018	Reforça tropas, protege civis, apoia governo e combate abusos internos.
2448	2018-2019	Mantém proteção de civis, apoia eleições e fortalece governo.
2499	2019-2020	Protege civis, estabiliza política, reforma segurança e combate à impunidade.
2552	2020-2021	Foco em proteção, apoio ao processo de paz, eleições e diálogo político.
2605	2021-2022	Aumenta tropas, protege civis, apoia paz, eleições e desarmamento.
2659	2022-2023	Destaca a responsabilidade do governo na proteção contra

		crimes graves e civis.
2709	2023-2024	Continua com foco na proteção de civis e na responsabilidade do governo.
2759	2024 - 2025	Mantém proteção de civis e reforça papel do governo na segurança.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em 2017, a Resolução 2387 autorizou um aumento de 900 militares, elevando o efetivo para 11.650 militares, com o objetivo de ampliar a flexibilidade e mobilidade da missão, aprimorando a execução de seu mandato. Essa resolução também passou a exigir a participação plena, efetiva e representativa das mulheres em todas as esferas e níveis da missão, além do envolvimento de um maior número de mulheres nos componentes militar, policial e civil da missão, pautado pela Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS). A partir de então, sucessivas resoluções passaram a enfatizar a transversalização da perspectiva de gênero, bem como a implementação de políticas de prevenção e combate à exploração e abuso sexual. Em 2021, a Resolução 2566 (2021) decidiu aumentar ainda mais o componente militar em 2.750 e o policial em 940, reiterando a implementação da Resolução 1325 e a política de tolerância zero da ONU em relação aos abusos.

A MINUSCA tem focado em diversas áreas para fortalecer as instituições e apoiar o processo político. Inicialmente, estabeleceu um mecanismo de monitoramento de violência sexual e trabalhou com a sociedade civil. A missão apoiou a realização de referendos e eleições, e foi criada uma base de dados nacional de mulheres para potenciais cargos de liderança. Programas de reconciliação nacional e comitês locais de resolução de conflitos foram adotados. Esforços foram feitos para fortalecer a autoridade estatal e das prefeituras, e programas de redução da violência comunitária foram implementados. (Cortellini, 2022)

A Lei de Paridade de Gênero passou a prever que pelo menos 35% das vagas nas instituições de segurança nacionais fossem preenchidas por mulheres (WPS, 2021). Além disso, a missão continuou a apoiar a reforma do setor de segurança, o programa de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação e Reintegração (DDRR) e o restabelecimento da justiça (United Nations, 2021a). Houve a criação de *hotlines 24h* para que mulheres acompanhassem o processo eleitoral e pudessem denunciar violências sofridas no processo. (UN Women, 2021). Mais recentemente, observou-se a nomeação de seis ministras no

governo e um aumento da participação feminina nos comitês locais de paz e reconciliação, chegando a 30% em junho de 2021 (Forku, 2021).

b) A missão como “salvadora” internacional

Jean Bethke Elshtain, em *“Women and War”* (1987), demonstra que os discursos sobre a guerra são estruturados por arquétipos de gênero, especialmente o de “Guerreiro Justo”, associado à masculinidade protetora, e o da “Alma Bela”, associado à feminilidade vulnerável. Esses arquétipos não são descritivos, moldam práticas políticas e decisões militares, produzindo uma narrativa moral sobre quem tem legitimidade para usar a força. Ao aplicar essa lente teórica, é possível compreender como a MINUSCA constrói para si o papel de “salvadora” e posiciona a República Centro-Africana como o seu objeto de proteção.

Historicamente vinculado à tradição da Guerra Justa, o guerreiro justo é tipicamente masculino, e representa o agente que se propõe a lutar “com justiça e de forma correta” por meio de regras que limitam a violência, mesmo em meio à guerra. Este papel está associado à defesa de um modo de vida valorizado. Para Elshtain (1987, p. 164), “Vendo a si mesmos através dessa construção, os homens enxergam relatos edificantes de coragem, dever, honra e glória à medida que se envolvem em atos de proteção, defesa e ousadia: a realização de feitos heroicos.”¹

Isso pode ser traduzido para realidade da ONU, que, ao estabelecer a MINUSCA, enquadra sua atuação exatamente nesses termos: uma violência autorizada, regulamentada e moralmente legítima, lida como ‘heroica’. A missão opera sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e sob resoluções específicas que exigem a proteção de civis, integração de gênero e prevenção da violência sexual (Aguilar, 2016). Como observado por Pugh (2004), o *peacekeeper* é construído discursivamente como neutro, desinteressado e imparcial — atributos compatíveis com o arquétipo citado. Assim, a narrativa do guerreiro justo permite que a ONU se posicione como uma força que serve e se sacrifica em nome da paz e da proteção.

A retórica institucional reforça ainda mais esse enquadramento. Documentos oficiais afirmam que a MINUSCA foi criada diante da “quebra total da lei e da ordem” na RCA (Cortellini, 2022), justificando a intervenção como um dever moral para restaurar e garantir os direitos humanos — assumindo o papel de defensora da ordem e da segurança internacional. Cynthia Enloe (2000) argumenta que o discurso da proteção sempre legitima a militarização,

¹ Viewing themselves through the lens of this construction, men see edifying tales of courage, duty, honor, glory as they engage in acts of protection and defense and daring: heroic deed doing.

pois produz a figura da mulher vulnerável que necessita ser salva. Shepherd (2017) acrescenta que a própria Agenda Mulheres, Paz e Segurança pode reproduzir a lógica paternalista ao enquadrar mulheres como vítimas, e não como agentes políticos.

Nesse ponto, emerge o arquétipo da Alma Bela, associado à inocência e à fragilidade e tipicamente feminino. Segundo Elshtain (1987, p. 164), as mulheres tomam um lugar secundário, quase invisível, de cuidado e não-heróico: “As mulheres veem histórias edificantes de nobreza, sacrifício, dever e uma tranquila imortalidade ao se engajarem em atos defensivos de proteção, as não-heroicidades do cuidar”²

A RCA — especialmente sua população civil, que é composta majoritariamente por mulheres e crianças — é retratada nessa posição. A ONU apresenta o país como incapaz de autogovernar-se, uma nação “menos desenvolvida e fragilizada”, que demanda intervenção externa para sobrevivência (Peterson, 2018). Essa representação ecoa o que Cohn (2013) chama de “infantilização estratégica do Sul Global” nos discursos humanitários. Dessa forma, a vulnerabilidade do país funciona como justificativa central para a intervenção internacional, já que a existência da alma bela é o que exige a participação do guerreiro justo.

Esse mecanismo, no entanto, não é novo. Segundo Cortellini (2022, p. 50), uma dinâmica similar seria utilizada pelo governo Bush durante a invasão do Iraque após o 11 de setembro:

[...] o governo Bush utilizou-se da construção de uma narrativa do “inimigo” e na necessidade de proteger a “nação” e os cidadãos americanos para legitimar suas ações. Do mesmo modo, Shepherd e Young chamam a atenção para o apelo discursivo de gênero, uma vez que o governo Bush afirmava invadir o Afeganistão para “libertar” as mulheres afegãs. Ao mesmo tempo, a construção discursiva de um “inimigo” perigoso para os Estados Unidos utilizou-se da infantilização das mulheres do Afeganistão para justificar porque deveriam ser “protegidas”.

Para Shepherd e Young (2017), os discursos dessa natureza vinculam gênero e segurança para legitimar intervenções militares, transformando mulheres em metáforas geopolíticas. No contexto da República Centro-Africana, o discurso de proteção à “nação” e a “libertação” das mulheres, transforma a vulnerabilidade da RCA em um imperativo moral para a ação da ONU — intervir não é apenas permitido, mas se torna necessário.

Essa lógica de proteção do Estado se aplica a todos aqueles considerados feminilizados, crianças, dependentes, “nativos”, cidadãos fracos ou Nações “menos desenvolvidas” (Peterson, 2018). Ao ser retratada como um local de conflito incontrolável, a RCA se enquadra na ideia de “Estado fraco” ou “Estado feminilizado”, que precisa da proteção externa e masculinizada para legitimar as relações hegemônicas entre o centro

² Women see edifying stories of nobility, sacrifice, duty, quiet immortality as they engage in defensive acts of protection, the nonheroics of taking-careof.

(Norte Global e ONU) e a periferia (RCA e Sul Global). O discurso da Agenda MPS na ONU pode, por vezes, reforçar a ideia de mulheres e crianças como vítimas que necessitam ser salvas.

Elshtain (1987) adverte sobre como essa dicotomia é problemática. Ao posicionar a MINUSCA como Guerreiro Justo e a RCA como Alma Bela, reproduz-se uma estrutura de poder hierárquica, apoiada em fundamentos generificados, patriarcais e coloniais. Como afirma Pugh (2004, p. 51-52) “[...] os estados ricos se tornam os principais decisores de como e quando intervir, além dos maiores fornecedores de tropas de paz”. Essa dinâmica coloca a RCA em uma posição de dependência, afetando sua soberania nacional, e reforça a estrutura de poder do sistema mundial capitalista e colonial, ou seja, ela não emancipa, mas subordina.

Em síntese, nós posicionamos a MINUSCA como “Guerreiro Justo”, o que legitima a sua atuação pela promessa de proteção e neutralidade moral. A RCA é enquadrada como “Alma Bela”, vulnerável e necessitada de salvação, fornecendo o fundamento ético para a intervenção. Esse arranjo discursivo reforça relações assimétricas entre Norte e Sul e evidencia que, na política internacional, o ato de “proteger” pode ser também um ato de poder.

c) Contradições internas da missão

A construção da MINUSCA como manifestação do arquétipo do “Guerreiro Justo”, tal como problematizado por Elshtain (1987), sustenta-se no imaginário de que a missão age moralmente para “salvar aqueles que não podem salvar a si mesmos” (Elshtain, 1987, p. 4). Em sua análise, a autora demonstra que os discursos de guerra produzem posições de gênero: o “combatente protetor” e a “vítima inocente”, sendo que tais categorias não apenas descrevem a realidade, mas a modelam politicamente, pois “as histórias que contamos sobre guerra moldam o que consideramos possível na guerra” (Elshtain, 1987, p. 6). Assim, a MINUSCA se legitima como força autorizada a defender a República Centro-Africana, enquanto a população civil é enquadrada como “Alma Bela”, associada à vulnerabilidade e à passividade.

Todavia, essa narrativa de virtude e neutralidade não apenas sustenta a legitimidade internacional da operação, como também produz zonas de silêncio e invisibilização de práticas. Enloe (2000, p. 129) afirma que “a militarização começa na imaginação”, e é justamente a imagem do *peacekeeper* protetor que torna difícil reconhecer práticas de violência cometidas por aqueles que deveriam garantir segurança. Shepherd (2017, p. 92),

analisando operações de paz, conclui que a narrativa da proteção “feminiliza as vítimas e paternaliza o protetor”, gerando assimetria de poder.

As operações de manutenção da paz da ONU, incluindo a MINUSCA, têm sido marcadas por sérias contradições internas, principalmente as denúncias de exploração e abuso sexual (SEA, sigla em inglês) cometidas por seus próprios *peacekeepers*. Essas denúncias, que vêm sendo registradas desde a década de 1990 em diversas missões, ganharam destaque internacional com os casos ocorridos na RCA em 2013-2014 envolvendo tropas francesas (Operação Sangaris), o que impulsionou a politização da agenda MPS na MINUSCA a partir de 2017.

Dessa forma, quando confrontada com denúncias de exploração e abuso sexual cometidos por integrantes das tropas de paz, a própria lógica que constrói o *peacekeeper* como protetor se torna insustentável e rompe com o ideal “protetor”. Como sintetiza uma fala do Subsecretário-geral da ONU, Atul Khare: “É lamentável quando os protetores, em casos raros, se tornam predadores” (UNRIC, 2016). Nesse sentido, as violações sexuais cometidas por capacetes azuis não representam apenas desvios individuais, mas expõem a contradição estrutural da missão: a mesma arquitetura institucional que sustenta o imaginário do “salvador” cria condições de impunidade e subordinação que permitem a reprodução da violência.

Em resposta a esses escândalos, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2272 (2016), que foi a primeira resolução inteiramente dedicada a combater a exploração sexual por forças de paz da ONU. Esta resolução recomenda a repatriação de unidades militares ou policiais em caso de exploração e abuso sexual generalizado ou sistêmico, a substituição de unidades acusadas e a investigação e monitoramento contínuo das denúncias com uma política de tolerância zero.

No entanto, a Resolução 2272 (2016) não faz parte, oficialmente, do conjunto de resoluções da Agenda MPS. Essa não-integração é problemática, pois sugere que a ONU pode ter interesse em não destacar uma resolução que aborda a má conduta de seus próprios funcionários dentro da “narrativa de sucesso” da Agenda MPS. Isso indica que muitas mudanças internas são resultado de pressões e escândalos, e não apenas de uma boa vontade institucional. Assim, se na narrativa oficial a MINUSCA encarna o Guerreiro Justo, na prática, episódios de abuso revelam as fissuras desse mito e exigem uma análise crítica sobre quem realmente é protegido e quem é autorizado a exercer poder em nome da paz.

Com isso, a responsabilização dos perpetradores tem sido um grande desafio. Apesar dos esforços, um número limitado de responsáveis por violência sexual foi levado à justiça.

Os relatórios da MINUSCA demonstram que as alegações de má conduta, incluindo SEA, persistiram ao longo dos anos. A política de tolerância zero da ONU, embora importante, é criticada por sugerir que todas as relações entre *peacekeepers* e beneficiários são inerentemente desiguais e exploradoras, podendo desconsiderar a agência de adultos em comunidades afetadas por conflitos.

Porém, mesmo em relações que parecem "consensuais", existem dinâmicas de poder implícitas, como a troca de favores sexuais por bens, que complicam a classificação e o tratamento desses casos. Além disso, a impunidade persiste, com casos de perpetradores com condições financeiras sendo liberados por meio de negociações, evidenciando a corrupção e a banalização da violência. Assim, se no discurso oficial a MINUSCA encarna o “Guerreiro Justo”, na prática, os casos de abuso sexual expõem as fissuras desse mito e revelam que, como adverte Elshtain (1987, p. 15), “a proteção pode ser outra forma de dominação”.

Internamente, a missão enfrenta mais contradições que revelam que a presença de mulheres não necessariamente corresponde à transformação das estruturas de poder. Embora o aumento no contingente seja frequentemente apresentado pela ONU como sucesso institucional, a literatura demonstra que a inclusão pode ocorrer de forma instrumental, quando mulheres são posicionadas apenas como solução simbólica para problemas de legitimidade, e não como agentes de poder decisório. (Karim; Beardsley, 2017, p. 5).

Embora uma das abordagens tenha sido aumentar a proporção de mulheres entre os *peacekeepers* (e introduzir, majoritariamente, conselheiras civis de gênero, unidades e pontos focais femininos) para melhorar a qualidade das missões, sustentamos que tal instrumento de política provavelmente produzirá resultados apenas limitados, dadas tanto as restrições práticas [...] quanto as preocupações teóricas: concentrar-se no aumento da representação de mulheres pode não ser suficiente para moldar as culturas institucionais disfuncionais que estão na raiz dos problemas.³

Assim, a baixa participação feminina e as dificuldades das mulheres para acessar cargos podem ser atribuídas à falta de divulgação de vagas, pouco incentivo das Forças Armadas, estereótipos de gênero e ausência de capacitação adequada. Embora a política de paridade de gênero (2017) tenha impulsionado o aumento do número de mulheres, a mera presença não garante igualdade, e a falta de preparo adequado de algumas *peacekeepers* pode levar a um desempenho abaixo do esperado, o que é, por sua vez, utilizado para reforçar estereótipos e críticas sexistas e racistas. Além disso, há a reprodução de estereótipos de

³ While one approach has been to increase the proportion of female *peacekeepers* (and to introduce mostly female civilian gender advisers, units, and focal points) to improve the quality of missions, we posit that such a policy lever is likely to only yield limited fruit, given both practical constraints... and theoretical concerns: a focus on increasing the representation of women might not sufficiently shape the dysfunctional institutional cultures at the root of the problems.

gênero que associam mulheres à suposta fragilidade física ou à “maior habilidade natural” para lidar com civis (Pruitt, 2018).

III – A Agenda Mulheres, Paz e Segurança e sua aplicação na MINUSCA

a) O conceito de “alma bela” e a marginalização das mulheres locais

O conceito de "alma bela", conforme abordado por Elshtain, refere-se a uma construção cultural que solidifica a distinção simbólica entre homens e mulheres em relação à violência, situando a mulher como:

[...] a Bela Alma é guardiã e conservadora dos acordes elementares da memória humana, cujos ecos estão predestinados a ser abafados pelos canhões da guerra, ela e outras a serem temporária ou permanentemente cegadas pelo Estado como um Apollonian Lichtgott, o ‘deus da luz’ que deve encontrar realização e autorrenovação na guerra.”⁴

Essa construção reforça divisões sociais binárias entre vida doméstica e pública, paz e guerra, família e Estado. Nas operações de paz, essa percepção se traduz em estereótipos de mulheres como vítimas passivas que necessitam de proteção.

A binaridade vida pública e vida privada é sensível ao abordarmos o tópico da cidadania, vemos que ao longo das eras que definiram os papéis de gênero, a cidadania era intrinsecamente ligada ao militarismo (Elshtain, 1985). Até a formal junção das mulheres nos exércitos, aquele que lutava por sua nação, tribo ou Estado, era considerado cidadão. Elshtain e outros autores traçam as origens do vínculo cidadania e guerra voltando à Grécia Antiga — nela, os gregos usavam um nome específico para o que chamamos de cidadão, seria o *politikos*, este como membro da pólis e que, durante uma situação de guerra, arcaria com suas despesas militares e lutaria sem compensação financeira de nenhum tipo (Vining e Hacker, 2001; Elshtain, 1987).

Um retrato no início da Era Contemporânea é o das mulheres durante a Independência Estadunidense, estas apoiavam os movimentos, no entanto, eram deixadas em segundo plano visto não serem parte dos combatentes do Exército Continental (Kerber, 1990).

Durante as duas Grandes Guerras as mulheres tiveram um papel mais ativo. Vining (2001) aponta que o uso de uniformes distinguiu as mulheres das chamadas *camp followers* (seguidoras de caravana), uniformizadas, estas passaram a ser reconhecidas como enfermeiras

⁴ [...] the Beautiful Soul is custodian and conserver of elemental chords of human memory whose echoes are foreordained to be drowned out by the guns of war, she and others to be temporarily or permanently blinded by the state as an "Apollonian Lichtgott, 'the Light-god' who must find fulfilment and self-renewal in war.

e a atuarem diretamente na guerra. Durante a Segunda Guerra Mundial, o papel de mulheres combatentes surpreendeu ainda durante o treinamento — no entanto, em muitos casos, o indicativo do aumento de mulheres nos hospitais de campanha levava a crer que mais homens teriam de tomar o *front* de batalha, gerando sentimentos reversos em relação às mulheres (Campbell, 1990).

A complexidade da situação feminina em conflitos nos faz questionar se há um papel e qual é esse papel a ser desempenhado. A partir dos arquétipos, conceitos e evidências históricas, podemos avaliar os papéis de gênero sendo exercidos na RCA.

Documentos da ONU e discursos frequentemente reforçam a imagem de "mulheres e crianças" como civis, vítimas e vulneráveis, o que acaba por prejudicar a agência das mulheres e as coloca em posições subordinadas. A inclusão de mulheres nas operações de paz é muitas vezes justificada pela ênfase em suas "qualidades únicas" como cuidadoras e pacíficas, reforçando esses estereótipos. Isso se alinha com as críticas de que as abordagens feministas buscaram desafiar o mito de que guerras são travadas para proteger mulheres e crianças vulneráveis.

Apesar do papel histórico das mulheres na organização em torno de questões de guerra e paz, suas vozes e perspectivas foram frequentemente excluídas das decisões políticas e de segurança em órgãos internacionais como o Conselho de Segurança. Críticas ao que é chamado de "feminismo de Estado" ou "feminismo global" apontam que a ONU, ao cooptar agendas feministas, pode ter despolitizado os movimentos de mulheres, adaptando-os aos objetivos do capital internacional e das instituições que o sustentam, e as utilizando como força de trabalho barata na economia global (Cortellini, 2022).

No terreno, as necessidades de paz e segurança das mulheres locais frequentemente divergem das agendas internacionais, e a população pode ver as intervenções internacionais como parte do problema. A função da ONU muitas vezes se restringe a assessorar e coletar informações, gerando frustração na população que espera soluções diretas para a fome e a violência.

No entanto, há relatos de que a maioria das líderes comunitárias na RCA são mulheres, que se mostram mais sensíveis aos problemas e mais colaborativas na busca pela paz e no fornecimento de informações, especialmente se percebem que a presença da ONU está surtindo efeito na segurança. A identidade das *peacekeepers*, incluindo raça ⁵e

⁵ Os pesquisadores reconhecem a importância da análise de gênero articulada à perspectiva racial, conforme proposto pelos debates sobre interseccionalidade. No entanto, em razão do escopo limitado desta pesquisa, tal articulação não será desenvolvida de forma sistemática, não constituindo objeto central da análise aqui empreendida.

nacionalidade, influencia a interação com a população local; uma *peacekeeper* negra pode ter maior facilidade de conexão do que uma branca, que pode ser inicialmente percebida como "colonizadora".

Embora a natureza "gentil" e conciliadora das mulheres seja um estereótipo, ela pode, de fato, facilitar a aproximação com as comunidades. A integração de mulheres nas patrulhas, especialmente as mistas (*Mixed Engagement Teams*), é vista como mais eficaz, pois responsabiliza homens e mulheres pela observação e combate à violência de gênero, superando a ideia de que o gênero é apenas uma questão "de mulher". (Cortellini, 2022)

b) Inclusão institucional de mulheres na missão de paz

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), inaugurada com a Resolução 1325 da ONU em 2000, constitui-se como um conjunto fundamental de diretrizes e ações para abordar a problemática de gênero nas operações de paz das Nações Unidas. A Resolução 1325 reconhece o papel crucial das mulheres na resolução de conflitos e na consolidação da paz, e apela por sua participação crescente em todos os níveis de tomada de decisão e na inclusão de uma componente de gênero nas missões de paz. Resoluções subsequentes reforçam e detalham esses compromissos, conforme fica demonstrado na Tabela.

Quadro 3 - Resoluções da Agenda Mulheres, Paz e Segurança

ANO	RESOLUÇÃO	RESUMO
2008	S/RES/1820	Reconhece violência sexual como tática de guerra
2009	S/RES/1888	Cria representante para combater violência sexual
2009	S/RES/1889	Define indicadores para monitorar implementação da MPS
2010	S/RES/1960	Estabelece mecanismos para monitorar violência sexual
2013	S/RES/2106	Reforça combate à violência sexual em conflitos
2013	S/RES/2122	Incentiva maior participação das mulheres na paz
2015	S/RES/2242	Liga MPS ao combate ao terrorismo e extremismo
2017	S/RES/2387	Relaciona mandato MINUSCA à proteção e MPS
2019	S/RES/2467	Aborda violência sexual de forma ampla e integrada
2019	S/RES/2493	Dá apoio para implementar a resolução 2467
2020	S/RES/2538	Promove participação das mulheres na prevenção de conflitos

2023	S/RES/2709	Fortalece implementação da agenda MPS em missões de paz
2024	S/RES/2759	Renova mandato da MINUSCA com foco na proteção e MPS

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em resposta a diversas denúncias de abuso e exploração sexual por parte de *peacekeepers* na RCA (como na Operação Sangaris entre 2013-2014), a Agenda de Gênero na MINUSCA foi politizada e se intensificou a partir de 2017. Nesse contexto, a Resolução 2387 (2017) solicitou à MINUSCA que garantisse a participação plena, efetiva e a representação de mulheres em todas as esferas e níveis, além de incentivar o aumento de mulheres nos componentes militar, policial e civil da missão.

O Escritório de Assuntos de Gênero da MINUSCA passou a operar em dois níveis estratégicos a partir de 2017: interno, fornecendo suporte técnico e orientação para a consideração das questões de gênero dentro da missão e capacitando equipes; e externo, aprimorando o conhecimento de formuladores de políticas e comunidades sobre a Resolução 1325, desenvolvendo estratégias de prevenção da violência de gênero e promovendo a participação de mulheres na resolução de conflitos e na política nacional. As resoluções incentivam os países contribuintes de tropas e polícia a aumentarem o percentual de mulheres em suas equipes e a fornecerem treinamento adequado em questões de gênero. A ONU lançou a Estratégia para a Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado em 2017, estabelecendo metas para aumentar o número de mulheres militares e policiais.

No Brasil, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav) têm ofertado estágios de operações de paz específicos para mulheres, visando disseminar conhecimentos sobre as operações da ONU e encorajar a participação feminina.

Historicamente, a participação feminina em operações de paz da ONU era extremamente baixa, com 0,1% entre 1950 e 1970 e 1,4% entre 1989 e 1992. Em 2018, mulheres militares representavam apenas 3,9% do total de 76.677 homens na força da ONU, com uma meta de 25% até 2028 (aumento de 1% ao ano) e 15% nas tropas contingentes. Policiais mulheres, em janeiro de 2018, representavam 7% das Unidades Formadas de Polícia (UFP's) e 20% dos Policiais Individuais (média combinada de 10,5%), com metas de 30% até 2025 e 35% até 2028.

No Brasil, entre 1992 e 2019, 338 mulheres brasileiras (militares, policiais e civis) participaram de missões de paz da ONU, o que corresponde a 0,7% de um universo de mais

de 48.163 brasileiros. Na MINUSCA, a participação de mulheres nos componentes militares alcançou 6,60% em janeiro de 2021, o maior número registrado até então. A participação de mulheres policiais na MINUSCA também cresceu, atingindo 15,25% em janeiro de 2021.

O aumento da participação feminina na MINUSCA, especialmente a partir de 2017, foi impulsionado pela Resolução 2387 (2017), que reforçou a integração de gênero no mandato da missão, e à implementação da Estratégia de Paridade de Gênero da ONU (2017 - 2028) — que estabeleceu metas formais de paridade para Estados contribuintes de tropas. Ademais, a visibilidade internacional conferida à atuação de mulheres brasileiras — como a premiação da Capitã Márcia Braga pelo “*Military Gender Advocate of the Year*” — reforçou a narrativa de que a presença feminina agrega legitimidade às missões de paz.

Segundo Cortellini (2022), militares brasileiras que serviram na MINUSCA relataram, em entrevistas para sua pesquisa, que o envio de mulheres não decorreu apenas de políticas nacionais de incentivo, mas principalmente da “pressão institucional” da ONU para que os países contribuíssem para o cumprimento das metas de paridade. Assim, a participação feminina aparece menos como resultado de transformação organizacional e mais como resposta às exigências burocráticas e simbólicas das Nações Unidas.

No entanto, o aumento numérico por si só não garante uma mudança qualitativa ou a igualdade de gênero efetiva. Obstáculos persistentes incluem dificuldades na produção e armazenamento de dados, expectativas sociais sobre o papel da mulher, baixa representatividade em níveis hierárquicos mais altos e problemas na comunicação de vagas e no treinamento pré-desdobramento. A falta de preparo militar e tático das mulheres, por exemplo, é muitas vezes uma falha organizacional e não individual.

A percepção de que “gênero é coisa de mulher” faz com que mulheres sejam designadas a cargos de *Gender Adviser* mesmo sem experiência prévia, levando ao acúmulo de funções e limitando a eficácia do trabalho. Além disso, relatos indicam que militares e policiais de outros países chegam com pouca capacitação (como não saber dirigir ou falar francês), o que corrobora estereótipos e preconceitos. A competição por cargos com homens, algo antes inexistente, gera incômodo. (Karim, Beardsley, 2017)

c) Empoderamento e engajamento político de mulheres centro-africanas

O Escritório de Assuntos de Gênero da MINUSCA, desde 2017, busca aprimorar o conhecimento de formuladores de políticas e comunidades sobre a Resolução 1325 e desenvolver estratégias de prevenção da violência, aumentando a participação de mulheres e jovens na resolução de conflitos e na política nacional.

A MINUSCA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a ONU Mulheres, apoiou o estabelecimento de 11 "*women's situation rooms*" em cada prefeitura e uma linha direta 24 horas para lidar com ataques contra mulheres que participaram das eleições legislativas de 2021. A missão utilizou comunicações estratégicas e sua rádio para mobilizar mulheres como eleitoras e candidatas nas eleições de 2020-2021, contribuindo para um aumento da representação feminina no parlamento de 8,5% para quase 13%, o maior índice desde a independência do país. (UN Women, 2021)

A MINUSCA também buscou parcerias com organizações de mulheres para monitorar casos de violência sexual e de gênero nas comunidades, auxiliando nas denúncias e na conscientização. Em 2015, foram iniciadas as iniciativas para a criação de um banco de dados nacional de mulheres para potenciais cargos de liderança em órgãos decisórios do Governo (United Nations, 2015). Em 2021, a Comissão Verdade, Justiça, Reparação e Reconciliação foi estabelecida com 45% de mulheres entre seus membros, com uma advogada na presidência, e a MINUSCA apoiou a mobilização de mulheres para que as necessidades de vítimas de violência sexual e de gênero (SGBV) fossem consideradas. A representação de mulheres nos Comitês Locais de Paz e Reconciliação aumentou para 34% em 2021, em comparação com 21% em 2020 (United Nations, 2021a).

A MINUSCA também promoveu a inclusão de mulheres em programas de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração (DDR) e Redução da Violência Comunitária (RVC), estabelecendo cotas mínimas para beneficiárias e incentivando mulheres a ocuparem papéis de liderança na implementação de projetos (MINUSCA, 2025). Além disso, a missão apoiou as instituições de segurança nacionais para atingir a meta de 35% de mulheres estabelecida na Lei Nacional de Paridade de Gênero, resultando em 25,46% de mulheres na polícia e 15,89% na gendarmaria em 2021. Projetos comunitários para o sustento, como ensino de costura e agricultura, e a criação de centros comunitários para crianças, também foram iniciativas notadas. (WPS, 2021; Nações Unidas, 2022)

Equipes de Engajamento Feminino (*Female Engagement Teams - FET*) e Equipes de Engajamento Misto (*Mixed Engagement Teams*) foram utilizadas para se aproximar das comunidades, sendo as mulheres *peacekeepers* frequentemente vistas como mais acessíveis para a população local. A presença de mulheres em patrulhas mistas é defendida para garantir que homens também se engajem na observação e combate à violência de gênero. (Vermeij, 2022)

A crítica feminista de Jean Bethke Elshtain é fundamental para compreender os obstáculos enfrentados pelas mulheres na República Centro-Africana ao tentarem ocupar

espaços de decisão, tanto na política doméstica quanto dentro da MINUSCA. Em *Public Man, Private Woman*, Elshtain (1981) demonstra como a modernidade política ocidental construiu uma separação rígida entre o espaço público — associado à racionalidade, poder e ação, e historicamente masculino — e o espaço privado — associado à emoção, cuidado e dependência, socialmente feminilizado. Para a autora, essa dicotomia não é natural, mas um produto político que limita a participação feminina ao relegar as mulheres à esfera doméstica. Dessa forma, ao serem posicionadas como sujeitos dependentes a serem protegidos, as mulheres deixam de ser reconhecidas como agentes políticos ativos.

Essas construções simbólicas não permanecem apenas no plano teórico, atravessando as estruturas das missões de paz. Enloe (2000), mostra que a ONU reproduz hierarquias militarizadas e patriarcais, nas quais as mulheres são vistas como exceção ou “adição moral”. Shepherd, por sua vez, complementa argumentando que a própria Agenda Mulheres, Paz e Segurança é frequentemente implementada de forma instrumental, reduzindo as mulheres à categoria de ferramentas para “missões mais eficazes”, e não como sujeitos de direitos.

A persistência dessa dicotomia público/privado reaparece quando mulheres *peacekeepers* narram que sua participação nas missões é socialmente percebida como abandono familiar, enquanto o mesmo comportamento masculino é visto como ato de heroísmo (Cortellini, 2022). Tal percepção expressa exatamente o que Elshtain (1987) teoriza: quando o homem vai à guerra, ele cumpre seu papel histórico de protetor; quando a mulher vai, rompe a ordem simbólica da “boa feminilidade”.

A política institucional das Nações Unidas reforça esse enquadramento ao justificar a inclusão feminina com base na ideia de que “mulheres são mais acessíveis às comunidades locais”, especialmente em casos de violência sexual (UN Women, 2025). O argumento reforça o mito da “competência natural para o cuidado”, mantendo mulheres em posições de mediação social e afastando-as de funções estratégicas ou de tomada de decisão.

Além disso, a política de tolerância zero para exploração e abuso sexual (SEA) pode, paradoxalmente, retirar agência das mulheres locais ao presumir que toda relação entre *peacekeepers* e civis é necessariamente coercitiva. Nesse sentido, Westendorf (2017) *apud* Cortellini (2022) explica:

Westendorf (2017), por exemplo, aponta que ao sugerir que todas as relações entre mantenedores da paz e beneficiários – entendidas como toda a população local em contextos de manutenção da paz – são inerentemente desiguais e, portanto, provavelmente exploradoras, a política sugere que os adultos em comunidades afetadas por conflitos não têm a capacidade de exercer agência e consentir livremente em suas relações sexuais (p.12).

Pruitt (2018) demonstra que, quando mulheres são designadas automaticamente a funções de gênero ou mediação comunitária, elas são excluídas de oportunidades táticas e estratégicas e acabam confinadas àquilo que Elshtain chamaria de prolongamento da esfera privada dentro do espaço militar.

Isto posto, podemos perceber que a presença feminina nas missões é frequentemente apresentada como simples métrica numérica, sem enfrentamento dos elementos estruturais. Como Enloe (2000) reitera, “não se trata de acrescentar mulheres e misturar” (*add women and stir*); é necessário transformar as instituições. Na MINUSCA, as mulheres têm sido inseridas numericamente, no entanto, seguem sendo vítimas de sexismo — inclusive por outras mulheres em posição de poder — que comprova que a mudança não é substantiva, mas procedimental. Nesse sentido, Elshtain antecipa a crítica em alguns anos: sem alterar as estruturas que sustentam a masculinidade militarizada, a presença feminina não altera o significado da guerra, apenas o ilustra (Elshtain, 1987).

d) Entre inclusão quantitativa ("*counting women*") e participação significativa ("*making women count*")

Apesar do aumento gradual da presença de mulheres nas operações de paz, essa expansão não tem se traduzido em participação substantiva nos processos decisórios ou na transformação das estruturas de poder que orientam a agenda de segurança internacional. A literatura especializada, conforme já abordado, aponta que a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) frequentemente se limita a estratégias de inclusão numérica, produzindo uma incorporação instrumentalizada e simbólica do feminino.

Nessa lógica, as mulheres são mobilizadas como “recursos operacionais” e não como agentes políticos (Davies; True, 2018), sendo recorrente a justificativa de que sua presença facilitaria o acesso a comunidades locais ou permitiria lidar com temas sensíveis, como violência sexual e de gênero (Cortellini, 2022). Tal enquadramento reitera pressupostos essencialistas e binários, como a associação automática entre mulheres, empatia e pacificação, contribuindo para a reprodução de estereótipos de gênero no âmbito da segurança internacional, como argumenta Elshtain (1987).

Esse processo resulta em uma espécie de “preenchimento de cota”, em que a presença de mulheres cumpre uma função simbólica destinada a demonstrar compromisso com a igualdade, sem alterar as dinâmicas decisórias centrais. Funções relacionadas ao tema de gênero, como o posto de *Gender Adviser*, são majoritariamente atribuídas a mulheres,

independentemente de formação ou experiência prévia na área, reforçando a percepção de que gênero constituiria uma responsabilidade exclusivamente feminina e não um eixo transversal da missão. Ademais, muitas atividades de mediação, construção de confiança com a população local e resolução informal de conflitos — frequentemente desempenhadas por mulheres — não são oficialmente registradas nos mecanismos burocráticos da missão, o que impede seu reconhecimento institucional e dificulta o acesso a postos de maior prestígio ou autoridade (Cortellini, 2022).

A persistência desse padrão evidencia uma resistência estrutural à redistribuição de poder. A cultura hierárquica e masculinista das instituições militares e do aparato da ONU continua a operar segundo lógicas de exclusão, invocando argumentos biologizantes (gravidez, menstruação, força física) ou supostamente operacionais para limitar a presença feminina em funções estratégicas ou de combate (Carreiras, 2010). Simultaneamente, as posições de comando permanecem concentradas em países do Norte global, enquanto contingentes provenientes de países africanos e do Sul global são hierarquicamente subalternizados — dinâmica que, em determinados contextos, afeta inclusive a forma como mulheres militares de países ocidentais percebem e interagem com mulheres de países africanos, reproduzindo camadas simultâneas de colonialidade e patriarcado (Henry, 2021).

Assim, a mera presença numérica de mulheres não altera, por si só, o caráter militarizado e verticalizado das operações de paz. A implementação da Agenda MPS, quando restrita a métricas quantitativas, tende a despolitizar seu conteúdo transformador, convertendo-a em um mecanismo burocrático de cumprimento de metas, e não em uma estratégia de revisão crítica das estruturas de poder e das concepções hegemônicas de segurança (Karim; Beardsley, 2017). A tensão entre “contar mulheres” e “fazer as mulheres contar” revela, portanto, que a participação feminina só se torna significativa quando acompanhada de redistribuição efetiva de autoridade, reconhecimento institucional e superação dos enquadramentos simbólicos que reduzem mulheres à condição de instrumentos de legitimidade ou operacionalidade.

IV – CONCLUSÃO

O presente estudo propôs-se a discutir os avanços e, sobretudo, os limites da implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), interrogando se a intervenção e a política nacional centro-africana reproduzem ou desafiam os estereótipos de gênero denunciados por Jean Bethke Elshtain. A análise,

fundamentada em uma lente crítica, pós-colonial e interseccional, demonstra que, apesar dos progressos formais na República Centro-Africana (RCA), a Agenda MPS na MINUSCA ainda se encontra majoritariamente capturada por uma lógica de inclusão numérica e instrumentalização, falhando em promover a transformação estrutural das dinâmicas de poder e das concepções hegemônicas de segurança.

No plano dos avanços formais, a missão obteve êxitos notáveis, como o apoio a eleições e a criação de bases de dados para mulheres em cargos de liderança, o aumento da representação feminina em comitês locais de paz (atingindo 34% em 2021) e o marco da Lei Nacional de Paridade de Gênero, que estabeleceu a meta de 35% de candidaturas femininas. Contudo, a análise demonstrou que a própria inserção feminina no espaço público, exemplificada pela eleição de Catherine Samba-Panza como primeira presidente da RCA, ocorreu mediante a legitimação de atributos "tradicionalmente femininos", como a moralidade e o papel de pacificadora, o que corrobora a tese de Elshtain.

A principal conclusão deste estudo é a de que a dinâmica da missão reproduz a dicotomia generificada entre o "Guerreiro Justo" e a "Alma Bela". A MINUSCA se posiciona como o "Guerreiro Justo", uma força moralmente legítima e autorizada a defender a ordem internacional. Em contrapartida, a RCA é enquadrada como "Alma Bela", vulnerável, feminilizada e necessitada de salvação externa, fornecendo o fundamento ético para a intervenção, mas reforçando a subordinação e a lógica de dominação (Elshtain, 1987).

Essa narrativa de "Guerreiro Justo" é desmascarada pelas contradições internas da missão, como a persistência de denúncias de Exploração e Abuso Sexual (SEA) cometidas pelos próprios *peacekeepers*. Esses atos expõem a fissura do mito do protetor e demonstram que a arquitetura institucional que sustenta o imaginário do "salvador" simultaneamente cria condições para a impunidade e a reprodução da violência.

Internamente, a presença de mulheres na missão é marcada pelo "preenchimento de cotas" e pela instrumentalização. As mulheres são frequentemente mobilizadas como "recursos operacionais" (Davies; True, 2018), úteis para facilitar o acesso às comunidades ou lidar com temas de violência de gênero, o que reitera pressupostos essencialistas (como a associação automática entre mulheres e pacificação) e reproduz estereótipos de gênero. Essa instrumentalização manifesta-se na generificação de funções, onde cargos como o de *Gender Adviser* são majoritariamente atribuídos a mulheres, independentemente de sua qualificação, reforçando a percepção de que gênero é uma responsabilidade exclusivamente feminina.

A resistência estrutural à redistribuição de poder é evidente, pois as atividades de mediação e construção de confiança, frequentemente desempenhadas por mulheres, não são

formalmente registradas, impedindo seu reconhecimento institucional e dificultando o acesso a postos de maior prestígio ou autoridade. Adicionalmente, a cultura masculinista do aparato onusiano utiliza argumentos biologizantes ou operacionais para limitar a participação feminina em funções estratégicas, enquanto as dinâmicas hierárquicas globais mantêm as posições de comando concentradas no Norte global, subalternizando os contingentes do Sul global e reproduzindo camadas simultâneas de colonialidade e patriarcado (Henry, 2021).

Em última instância, a tensão entre “contar mulheres” e “fazer as mulheres contar” revela que a implementação da Agenda MPS, quando restrita a métricas quantitativas, tende a despolitizar seu conteúdo transformador, convertendo-a em um mecanismo burocrático de cumprimento de metas (Karim; Beardsley, 2017).

Portanto, conclui-se que, na MINUSCA, a participação feminina só se tornará verdadeiramente substantiva quando acompanhada de uma revisão crítica das estruturas de poder, da redistribuição efetiva de autoridade e do reconhecimento institucional das contribuições de mulheres em todos os níveis da missão. Sem alterar as estruturas que sustentam a masculinidade militarizada, a presença feminina corre o risco de não alterar o significado da guerra, mas apenas de ilustrá-lo (Elshtain, 1987).

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012.

AFFA’A-MINDZIE, M.; MAHMOUD, Y. The crisis in the Central African Republic: will a woman at the helm be enough? **IPI Global Observatory**, 27 jan. 2014. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2014/01/the-crisis-in-the-central-african-republic-will-a-woman-at-the-helm-be-enough/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A situação jurídica das operações de paz das Nações Unidas. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 68, pp. 685-706, jan./jun. 2016.

BBC. **Central African Republic MPs elect Catherine Samba-Panza**. BBC News, 11 jan. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-25811250>. Acesso em: 24 set. 2025.

BONACINA, Amabilly. **A República Centro-Africana: tensionamentos históricos e desdobramentos políticos do governo Seleka**. 2018. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Ação Mulheres, Paz e Segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em:

<https://funag.gov.br/loja/download/1209-Plano-Nacional-de-Acao-sobre-Mulheres-Paz-e-Seguranca.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

CAMPBELL, D'Ann. The regimented women of World War II. *In*: Elshtain, Jean Bethke; TOBIAS, Sheila (eds.). **Women, militarism, and war: essays in history, politics, and social theory**. Savage, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1990. p. 107-122.

CARREIRAS, Helena. Gendered culture in peacekeeping operations. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 4, p. 471-485, Out. 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2010.516655?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 23 jul. 2025

COCKBURN, Cynthia. Militarism and War. **In**: SHEPHERD, Laura J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to International Relations**. New York: Routledge, 2010. p. 105-116.

COHN, Carol. Mainstreaming Gender in UN Security Policy: A Path to Political Transformation? **In**: RAI, S.M.; WAYLEN, G. (eds). **Global Governance**. London: Palgrave Macmillan, 2008.

COHN, Carol. **Women and War**. Cambridge: Polity Press, 2013.

CORTELLINI, Eduarda Racoski. **Para além da narrativa de sucesso: uma análise pós-colonial e interseccional da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na MINUSCA**. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022.

DALBY, Ned. A Multifaceted Business: Diamonds in the Central African Republic. *In*: LOMBARD, Louisa; CARAYANNIS, Tatiana (Ed.). **Making Sense of the Central African Republic**. Londres: Zed Books, 2015. p. 123-141.

DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui. Women, peace, and security: a transformative agenda? *In*: DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui (org.). **The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 3-14.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public man, private woman: women in social and political thought**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Reflections on War and Political Discourse: Realism, Just War, and Feminism in a Nuclear Age. **Political Theory**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 39-57, Feb. 1985.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and War**. University of Chicago Press, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. Berkeley: University of California Press, 2000.

FORKU, R. **Central African Republic's president names coalition government: New Cabinet of war-torn country includes 6 women**. Anadolu Agency, 24 Mar. 2021. Disponível

em:

<https://www.aa.com.tr/en/africa/central-african-republic-s-president-names-coalition-governm ent/2283890>. Acesso em: 24 out. 2025.

GAGNÉ, M. **República Centro-Africana - Contexto e Governança Fundiária**. Disponível em: https://landportal.org/pt/book/narratives/2023/central-african-republic?utm_source. Acesso em: 26 jul. 2025.

HENRY, Marsha. **On the necessity of critical race feminism for women, peace and security**. Critical Studies on Security, 9:1, 22-26, 2021. DOI: 10.1080/21624887.2021.1904191.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2015: Central African Republic. New York: Human Rights Watch, 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/central-african-republic>. Acesso em: 24 set. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Dangerous Little Stones: Diamonds in the Central African Republic**. Africa Report, n. 167, 16 dez. 2010. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/167-dangerous-little-stones-diamonds-in-the-central-african-republic.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Central African Republic: The Roots of Violence**. Africa Report, n. 230. Bruxelas: International Crisis Group, 2015. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-african-republic/230-central-african-republic-roots-violence>. Acesso em: 24 set.. 2025.

KARIM, Sabrina; BEARDSLEY, Kyle. **Equal Opportunity Peacekeeping: Women, Peace, and Security in Post-Conflict States**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KERBER, LINDA K. May All Our Citizens Be Soldiers and All Our Soldiers Citizens: The Ambiguities of Female Citizenship in the New Nation In: ELSHTAIN, Jean Bethke; TOBIAS, Sheila (Org.). **Women, militarism, and war: essays in history, politics, and social theory**. Savage: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1990.

MILLER, Barbara; POURNIK, Milad; SWAINE, Aisling. **Women in Peace and Security through United Nations Security Resolution 1325: Literature Review, Content Analysis of National Action Plans, and Implementation**. Washington: Institute for Global and International Studies, 2014.

MINUSCA. **Report on violations of human rights and humanitarian law in the Central African Republic (15 September 2014 – 31 May 2015)**. Bangui: MINUSCA, 2015. Disponível em: https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/car_minusca_humarights_publicreport2015final_approved.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

MINUSCA. **Women peace and security**. New York: Gender Section, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/gender>. Acesso em: 11 jun. 2025.

NTWARI, B. **Insecurity pushes number of displaced in Central African Republic past 935,000**. Disponível em:

https://www.unhcr.org/news/stories/insecurity-pushes-number-displaced-central-african-republic-past-935000?utm_source. Acesso em: 26 jul. 2025.

O'ROURKE, Catherine. **The case for redirecting feminist efforts away from the UN Security Council and toward the General Assembly**. The Global Observatory, 16 dez. 2024. Disponível em:

<https://theglobalobservatory.org/2024/12/the-case-for-redirecting-feminist-efforts-away-from-the-un-security-council-and-toward-the-general-assembly/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PETERSON, V. Spike. Foreword. In: PARASHAR, Swati; TICKNER, Ann; TRUE, Jacqui (org.). **Revisiting Gendered States: Feminist Imaginings of the State in International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

PRUITT, Lesley J. **The Women in Blue Helmets: Gender, Policing, and the UN's Peacekeeping Missions**. Oakland: University of California Press, 2018.

PUGH, Michael. Peacekeeping and critical theory. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, p. 39-58, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1353331042000228445>. Acesso em: 12 set. 2025.

REPÚBLICA Centro-Africana: ONU afirma ser crucial eleição rápida para governo de transição. **Nações Unidas Brasil**, 14 jan. 2014. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/64817-rep%C3%BAblica-centro-africana-onu-afirma-ser-crucial-ele%C3%A7%C3%A3o-r%C3%A1pida-para-governo-de-transi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RÉPUBLIQUE Centrafricaine. Ministère de la promotion de la femme, de la famille et de la protection de l'enfant. **Plan d'action national de mise en œuvre de la Résolution "Femmes, paix et sécurité" du Conseil de Sécurité des Nations Unies et ses résolutions connexes (2014-2016)**. République centrafricaine, Jul. 2019. Disponível em:

<https://peacewomen.org/sites/default/files/CAR%20NAP%202014-2016.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

RÉPUBLIQUE Centrafricaine. Ministère de la promotion de la femme, de la famille et de la protection de l'enfant. **Plan d'action national de mise en œuvre de la Résolution "Femmes, paix et sécurité" du Conseil de Sécurité des Nations Unies et ses résolutions connexes (2019-2022)**. République centrafricaine, Jul. 2019. Disponível em:

https://1325naps.peacewomen.org/wp-content/uploads/2022/10/PAN-2-R1325-RCA_2019-002.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

SIRADAG, A. Explaining the Conflict in Central African Republic: Causes and Dynamics. **Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies**, v. 9, n. 3, p. 86, 30 dez. 2016.

SHEPHERD, Laura J. (ed.). **Understanding the Women, Peace and Security Agenda: A Critical Review of Research and Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

SHEPHERD, Laura J.; YOUNG, Laura. **The Women, Peace and Security agenda and feminist institutionalism: A research agenda**. *International Studies Review*, v. 19, n. 3, p. 396–409, 2017.

UNHCR. **Insecurity hampers relief efforts; over 935,000 remain displaced in Central African Republic**. UNHCR, 12 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/insecurity-hampers-relief-efforts-over-935-000-main-displaced-central-african>. Acesso em: 24 set. 2025.

UNITED NATIONS. Gender Unit. **Women driving sustainable peace and security outcomes**. New York: United Nations, Jan. 2022. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_wps_report_2021_final.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

UNITED NATIONS. **System-Wide Strategy on Gender Parity**. New York: United Nations. 06 Oct. 2025. Disponível em: https://www.un.org/gender/sites/www.un.org.gender/files/gender_parity_strategy_october_2017.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Special measures for protection from sexual exploitation and abuse. Report of the Secretary-General. A/69/779**. New York: United Nations, 13 Feb. 2015. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/69/779>. Acesso em 04 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1325 (2000) S/RES/1325**. New York: United Nations Security Council, 31 Oct. 2000. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES1325%20.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1820 (2008) S/RES/1820**. New York: United Nations Security Council, 19 Jun. 2008. Disponível em: https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1820_2008_on_wps_english.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1888 (2009) S/RES/1888**. New York: United Nations Security Council, 30 Sep. 2009. Disponível em: https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1888_2009.pdf. Acesso em 15 mai. 2025

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1889 (2009) S/RES/1889**. New York: United Nations Security Council, 05 Oct. 2009. Disponível em: https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1889_2009_on_wps_english.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1960 (2010). S/RES/1960**. New York: United Nations Security Council, 16 Dec. 2010. Disponível em: https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1960_2010_on_wps_english.pdf. Acesso em 18 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic submitted pursuant to paragraph 48 of Security Council resolution 2127 (2013)**. New York: United Nations Security Council, 3 Mar. 2013. Disponível em: <https://docs.un.org/en/S/2014/142>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2106 (2013) S/RES/2106**. New York: United Nations Security Council, 24 Jun. 2013. Disponível em: https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_2106_2013_on_wps_english.pdf. Acesso em 15 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2122 (2013) S/RES/2122**. New York: United Nations Security Council, 18 Oct. 2013. Disponível em: [https://docs.un.org/en/S/RES/2122\(2013\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2122(2013)). Acesso em 15 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2149 (2014). S/RES/2149**. New York: United Nations Security Council, 10 Apr. 2014. Disponível em: [https://docs.un.org/en/S/RES/2149%20\(2014\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2149%20(2014)). Acesso em 18 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic (MINUSCA). S/2015/678**. New York: United Nations, 01 Sep 2015. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2015_678.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2217 (2015). S/RES/2217**. New York: United Nations Security Council, 28 Apr. 2015. Disponível em: [https://docs.un.org/en/S/RES/2217%20\(2015\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2217%20(2015)). Acesso em 25 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2242 (2015) S/RES/2242**. New York: United Nations Security Council, 13 Oct. 2015. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2242.pdf. Acesso em 15 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2272 (2016). S/RES/2272**. New York: United Nations Security Council, 11 Mar. 2016. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/822976?v=pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2301 (2016). S/RES/2301**. New York: United Nations Security Council, 26 Jul. 2016. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/835089?v=pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2387 (2017). S/RES/2387**. New York: United Nations Security Council, 15 Nov. 2017. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2387\(2017\)](https://docs.un.org/en/s/res/2387(2017)). Acesso em: 05 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2448 (2018). S/RES/2448**. New York: United Nations Security Council, 13 Dec. 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1655661?v=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic. S/2019/147**. New York: United Nations, 15 Feb. 2019. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/s2019147-report-secretary-general-central-african-republic>. Acesso em: 26 de jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic. S/2019/822**. New York: United Nations, 15 Oct. 2019. Disponível em: <https://docs.un.org/en/s/2019/822>. Acesos em: 13 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic. S/2019/697**. New York: United Nations, 29 Nov. 2019. Disponível em: <https://docs.un.org/en/S/2019/913>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2467 (2019). S/RES/2467.** New York: United Nations Security Council, 23 Apr 2019. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2467\(2019\)](https://docs.un.org/en/s/res/2467(2019)). Acesso em: 19 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2493 (2019). S/RES/2493.** New York: United Nations Security Council, 29 Oct. 2019. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2493\(2019\)](https://docs.un.org/en/s/res/2493(2019)). Acesso em: 14 jun. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2499 (2019). S/RES/2499.** New York: United Nations Security Council, 15 Nov. 2019. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3836087>. Acesso em: 14 jun. 2025

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic. S/2020/994.** New York: United Nations, 12 Oct. 2020. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/s2020994-report-secretary-general-central-african-republic>. Acesso em: 11 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2538 (2020). S/RES/2538.** New York: United Nations Security Council, 28 Aug. 2020. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/RES/2538\(2020\)](https://docs.un.org/en/s/RES/2538(2020)). Acesso em: 10 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2552 (2020). S/RES/2552.** New York: United Nations Security Council, 12 Nov. 2020. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3891163>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic (MINUSCA). S/2021/146.** New York: United Nations, 16 Feb. 2021. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/s2021146-report-secretary-general-central-african-republic>. Acesso em: 05 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic (MINUSCA). S/2021/571.** New York: United Nations, 16 Jun. 2021a. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/s2021571-report-secretary-general-central-african-republic>. Acesso em: 05 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the situation in the Central African Republic. S/2021/867.** New York: United Nations, 12 Oct. 2021. Disponível em: <https://docs.un.org/en/s/2021/867>. Acesso em: 05 jul 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2566 (2021). S/RES/2566.** New York: United Nations Security Council, 12 Mar. 2021. Disponível em: [https://docs.un.org/en/S/RES/2566\(2021\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2566(2021)). Acesso em: 12 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2605 (2021). S/RES/2605.** New York: United Nations Security Council, 12 Nov. 2021. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2605\(2021\)](https://docs.un.org/en/s/res/2605(2021)). Acesso em: 11 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on the Central African Republic (MINUSCA). S/2022/451**. New York: United Nations, 2 Jun. 2022. Disponível em: <https://docs.un.org/en/S/2022/451>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2709 (2023). S/RES/2709**. New York: United Nations Security Council, 15 Nov. 2023. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2709\(2023\)](https://docs.un.org/en/s/res/2709(2023)). Acesso em: 15 jul. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 2759 (2024). S/RES/2759**. New York: United Nations Security Council, 14 Nov. 2024. Disponível em: [https://docs.un.org/en/s/res/2759\(2024\)](https://docs.un.org/en/s/res/2759(2024)). Acesso em: 20 jul. 2025.

UNITED STATES. Department of State. **2015 Country Reports on Human Rights Practices: Central African Republic**. Washington, D.C.: US Department of State, 2016. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/252875.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

UNITED STATES. Department of Labor. **Central African Republic: Trafficking in Persons Report 2015**. Washington, D.C.: USDOL, 2015. Disponível em: https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/child_labor_reports/tda2015/centralafricanrepublic.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

UNITED STATES. Department of State. 2014 Country Reports on Human Rights Practices - Central African Republic. **The UN Refugee Agency; Refworld**, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/annualreport/usdos/2015/en/105861>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNRIC. **ONU apresenta relatório sobre alegações de abuso sexual na organização**. Portugal: Centro de Notícias da ONU, 07 Mar. 2016. Disponível em: <https://unric.org/pt/onu-apresenta-relatorio-sobre-alegacoes-de-abuso-sexual-na-organizacao>. Acesso em: 23 jul. 2025.

UN Women. **Ensuring Women's Participation in Electoral Processes in the Central African Republic**. New York: United Nations, Sep. 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/UN-Women-impact-story-Central-African-Republic-Ensuring-womens-participation-electoral-processes-en.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

UN Women. **Gender equality in peacekeeping: Why it matters for global security**. New York: UN Women – Headquarters, 09 May 2025. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/articles/explainer/gender-equality-in-peacekeeping-why-it-matters-for-global-security>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VERMEIJ, L. et al. **UN Peacekeeping Operations at a Crossroads The Implementation of Protection Mandates in Contested and Congested Spaces**. Oslo, Norway: Norwegian Institute of International Affairs, 2022. Disponível em: <https://www.nrc.no/globalassets/pdf/reports/epon/un-peacekeeping-operations-at-a-crossroads.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VINING, Margaret; HACKER, Barton C. From Camp Follower to Lady in Uniform: Women, Social Class and Military Institutions before 1920. **Contemporary European History**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 353-373, Nov. 2001.

WEYNS, Yannick; HOEX, Lotte; HILGERT, Filip; SPITTAELS, Steven. **Mapping Conflict Motives: The Central African Republic**. IPIS, 2014.